

SEMINÁRIO ICAPREV: UMA LUTA SINDICAL DE PONTA



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí (SINDSERPUMI), protagonizou, em parceria com o Conselho Municipal da Previdência, mais uma nova e contundente ação em favor do ICAPREV, a saber, o primeiro Seminário Municipal do ICAPREV, nos dias 25 e 26 de setembro de 2025, com o tema “Desafios e Caminhos para a Sustentabilidade”. O objetivo foi aproveitar essa oportunidade para promover uma discussão propositiva e adequação da nossa realidade, visando a sustentabilidade do nosso RPPS.

O evento, em seus primeiro e segundo dia, foi feito a partir da realização de painéis técnicos e debates sobre temas fundamentais, como: a importância da sustentabilidade dos RPPS para o futuro dos servidores públicos; Investimentos e Gestão Eficiente; panorama econômico e Investimentos; a contextualização da situação dos RPPS; o cenário econômico; a sustentabilidade financeira e atuarial do ICAPREV; novas fontes de financiamento para o instituto; e as consequências da chamada PEC do calote.

A história e os debates demonstraram que o Icaprev enfrentou graves crises financeiras e de gestão que colocaram em risco a aposentadoria e a segurança previdenciária dos servidores. Mas, graças à pressão organizada, ao acompanhamento constante do sindicato, conseguiu-se construir um histórico de recuperação, garantindo que o instituto não fosse sucateado e nem abandonado à própria sorte. Ao longo desses anos, lutou-se por transparência, responsabilidade fiscal e sustentabilidade do sistema previdenciário municipal. Acentuou ainda o que se sabe: que esse trabalho precisa ser contínuo e que o Icaprev não pode viver apenas de remendos. Ele precisa de novas bases sólidas para garantir o futuro dos atuais e dos futuros aposentados.

Na ocasião, a diretoria do SINDSERPUMI apresentou, mais uma vez, as propostas do sindicato sobre novas fontes de financiamento que podem fortalecer o caixa do instituto e assegurar sua perenidade. Entre elas: a destinação de parte do imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores para o Icaprev; a utilização de recursos dos precatórios do Fundef, como forma de compensação justa para a previdência municipal; a participação nos dividendos e compensações financeiras gerados pelo setor de energias renováveis, que cresce em nosso município e pode contribuir para o bem coletivo; a desapropriação de prédio público da ex-COELCE, agora ENEL, para a aquisição e instalação da sede própria do ICAPREV, garantindo mais autonomia, economia de recursos e dignidade institucional. Para o sindicato, são propostas concretas, que precisam ser discutidas com seriedade entre o poder público, os servidores e a sociedade civil.

FICHA TÉCNICA

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE:

Francisco Celestino Cavalcante

VICE-PRESIDENTE:

Enock Douglas Roberto da Silva

SECRETÁRIO GERAL:

Marco Rubenio Braga

2º SECRETÁRIO GERAL:

Marcos Sérgio Carvalho Rebouças

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

João Francisco Rodrigues da Silva

2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Daniel Batista da Costa Silva

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Clotenir Damasceno Rabelo

2ª SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Francisco Alexandre da Cruz

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Maria de Lourdes Melo Damasceno

2º SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Elita Miranda de Souza

CONSELHO FISCAL:

Raimundo Nonato de Farias

Maria de Lourdes da Silva

Maria Bethania Mendes Araújo

Aldalena Fiúza Costa Moura

Najara Valente de Miranda



Parceiros:



EDITORIAL



A edição do nosso boletim deste bimestre vem com fortes debates e reflexões, sobretudo no campo do que vem sendo desde março a pauta central de nossa campanha salarial: as ações e lutas recorrentes em favor do nosso Instituto de Previdência (ICAPREV), como fundamento e propósito de todas as demais ações sindicais e de todas as nossas conquistas. Porque todas impactam no ICAPREV.

A publicação de capa, então, faz jus a essas lutas, trazendo informações sobre a mais recente ação realizada pelo SINDSERPUMI, desta feita em parceria com o Conselho Municipal de Icapuí, o primeiro Seminário Municipal do ICAPREV, nos dias 25 e 26 de setembro de 2025, com o tema “Desafios e Caminhos para a Sustentabilidade”. O feito registra amplo êxito em seus objetivos e prenuncia novos momentos com esse caráter formativo.

Na mesma toada, o texto que segue esse editorial, reflete com maestria a condição e a necessidade de luta permanente e busca de soluções para os problemas de gestão financeira do ICAPREV - apesar de não criadores do problema - com capacidade técnica e firmeza política, na busca da sustentabilidade do instituto e proteção dos servidores ativos e inativos.

No seguimento, dois textos fazem alusão crítica a posturas e entendimentos do legislativo municipal em temas de significativa importância e de relações com as lutas sindicais mais recentes e pautas que se arrastam por anos, como a questão do ICAPREV e do horário corrido para os servidores municipais, lamentando a ausência e/ou contraponto do que é fundamental para os servidores municipais.

O texto que abre a seção quatro é breve e acentua as comemorações de diversas categorias de servidores neste mês de outubro, em especial lembra a festividade do dia 28 que o dia mais geral de todos os servidores e servidoras. Ao lado desse texto figura um banner mobilizando todos e todas para uma das atividades das comemorações dos 32 anos do SINDSERPUMI (em preparação), a corrida dos 32 anos. A página fecha com informações sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na página final, os textos rememoram a luta do SINDSERPUMI em 2003 e 2010 para garantir aos professores temporários o direito de receber o piso dos docentes e conforme sua formação, que atualmente, 22 anos depois, foi aprovada em nível federal.

Boa leitura a tod@s, então!

A Diretoria

ICAPREV: NÃO CRIAMOS O PROBLEMA, MAS ESTAMOS NA LINHA DE FRENTE DA SOLUÇÃO



Costuma-se dizer que aqueles que criaram o problema não serão os mesmos que o resolverão. No caso do ICAPREV, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Icapuí, essa máxima se aplica perfeitamente. Enquanto Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí, é preciso afirmar com clareza: não fomos nós os responsáveis pelo surgimento do déficit atuarial que hoje compromete a saúde financeira do instituto. No entanto, temos sido, ao longo da última década, protagonistas na busca por soluções reais e sustentáveis.

Nos apropriamos da realidade previdenciária, compreendemos a gravidade da situação e nos empenhamos na construção coletiva de alternativas. Isso inclui desde o apoio e participação ativa na elaboração de uma legislação mais eficaz até a proposição de medidas concretas, como a criação de novas fontes de financiamento. É um esforço contínuo, técnico e político, guiado pelo compromisso com a proteção dos direitos dos servidores — tanto os que já se aposentaram quanto os que ainda estão na ativa.

Todavia, essa trajetória não tem sido livre de obstáculos. Enfrentamos, entre outros desafios, a falta de compreensão por parte de alguns setores quanto à urgência de uma política sólida de recuperação financeira para o ICAPREV. É fundamental entender que negligenciar essa necessidade não compromete apenas o pagamento regular dos inativos. Afeta também a valorização dos servidores em atividade e ameaça a continuidade das políticas públicas e os investimentos estruturantes do município.

A previdência pública é uma conquista dos trabalhadores e deve ser tratada com responsabilidade, planejamento e transparência. A omissão ou a tentativa de politizar o problema apenas agrava o cenário e atrasa as soluções. Por isso, seguiremos firmes na defesa de proposições que sejam justas, dialogada e voltada à sustentabilidade do ICAPREV — sem abrir mão dos direitos conquistados com tanto esforço.

É preciso reconhecer: a crise do ICAPREV não nasceu de hoje. Mas o caminho para superá-la passa, sim, pela escuta ativa, pelo diálogo honesto e pela mobilização de todos que compreendem a importância de um futuro previdenciário seguro e digno.

O SEMINÁRIO ACONTECEU, MAS O LEGISLATIVO NÃO SE FEZ PRESENTE

O Conselho Municipal da Previdência, em parceria com o SINDSERPUMI e o ICAPREV, realizou um importante seminário com o tema “Os desafios e caminhos para a sustentabilidade do ICAPREV”. Foram convidados representantes diversos no âmbito municipal, tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo. No entanto, infelizmente, durante os dois dias de evento, nenhum parlamentar compareceu para participar desse momento de grande relevância para a sociedade icapuiense.

O debate sobre a sustentabilidade do ICAPREV não é novidade. Assim como também não é novidade, em alguns momentos, a falta de compromisso do Legislativo Municipal com um tema que entendemos ser fundamental para o futuro dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e para toda a sociedade. Afinal, o não saneamento do instituto poderá gerar impactos sérios, como aumento no custeio da máquina pública, comprometimento da qualidade dos serviços e dificuldades para a ampliação e qualificação da infraestrutura municipal.

Fica para nós, servidores, a decepção de não poder contar com o Legislativo em um debate tão importante, que diz respeito diretamente ao nosso presente e ao nosso futuro, enquanto trabalhadores e cidadãos.

VEREADORES INDICAM AO GOVERNO “HORÁRIO CORRIDO”

O modelo de gestão observado atualmente revela sérias fragilidades na administração pública. A prática do chamado “horário corrido”, sem registro definido de início e término da jornada, em alguns casos com servidores sequer comparecendo regularmente ao trabalho, evidencia a necessidade de maior rigor na fiscalização da presença e produtividade.

Ao mesmo tempo, a terceirização de servidores da saúde, como uma forma de subterfúgio para atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), demonstra uma estratégia paliativa, que não resolve estruturalmente os problemas do serviço público, mas apenas serve para maquiar déficits orçamentários. Paralelamente, a atuação legislativa voltada à apresentação de projetos de indicação sem relevância prática para a população, reforça um padrão de política meramente simbólica, que prioriza interesses individuais ou partidários em detrimento do bem coletivo.

É imperativo que gestores e legisladores adotem práticas transparentes, responsáveis e orientadas ao interesse público, garantindo que recursos e políticas sirvam efetivamente à população e à consolidação de uma administração pública ética e eficiente.

OUTUBRO: MÊS DE COMEMORAÇÕES PARA OS SERVIDORES



Em outubro, várias profissões são comemoradas, como o Dia do Médico (18 de outubro), Dia do Profissional de TI (19 de outubro), Dia do Professor (15 de outubro) e Dia do Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional (13 de outubro). Outras datas importantes incluem o Dia do Dentista Brasileiro (25 de outubro), o Dia do Eletricista (17 de outubro) e o Dia do Funcionário Público (28 de outubro). Também são celebrados nesse mês os agentes de saúde e os agentes de endemias (04 de outubro) e as merendeiras escolares, entre outros.

Todos e todas em seu espaço e tarefa são fundamentais à população, porque são estes que fazem, de fato, o serviço público e devem ser valorizados pelos governos em suas esferas de poder, com salário digno e condições de trabalho qualificadas, além de respeito e reconhecimento. No dia que reúne todas essas profissões, 28 de outubro, é importante convocar todos para a luta contra a reforma administrativa em curso no congresso nacional, que destrói o serviço público.

LOA SERÁ DISCUTIDA E VOTADA NA CÂMARA MUNICIPAL: ACOMPANHE!

A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) mostra como o município vai aplicar os recursos públicos ao longo do ano. Por isso, é fundamental acompanhar e fiscalizar para onde o dinheiro público está sendo destinado. Neste final de outubro, a Câmara Municipal estará debatendo e fazendo emendas ao texto proposto pelo governo, em relação aos destinos dos recursos municipais. Veja que em relação a 2024 para 2025, houve significativas mudanças, como no quadro abaixo. Já a LOA para 2026, que tramita na casa legislativa, deverá ser analisada e alterada, e os servidores municipais devem estar acompanhando esse importante momento. Procure seu vereador e os órgãos públicos para conhecer o texto e participar. Principalmente as políticas destinadas à valorização dos servidores devem ter recurso garantidos ao mesmo tempo que os recursos para políticas de apoio à municipalidade, sobretudo educação, saúde e segurança.

COMPARATIVO/LOA 2024/2025 ICAPUÍ CE

O QUE É A LOA? A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) MOSTRA COMO O MUNICÍPIO VAI APLICAR OS RECURSOS PÚBLICOS AO LONGO DO ANO, POR ISSO É FUNDAMENTAL ACOMPANHAR E FISCALIZAR ONDE O DINHEIRO PÚBLICO ESTÁ SENDO DESTINADO			
ÓRGÃO	VALOR 2024	VALOR 2025	VARIAÇÃO
Câmara Municipal	4.956.664,18	6.335.000,00	2.781%
Sec. de Governo	3.296.000,00	3.515.500,00	666%
Controladoria e Ouvidoria	779.000,00	801.200,00	285%
Sec. de Administração e Finanças	11.918.450,00	12.490.105,30	48%
Sec. de Educação	53.127.130,00	57.086.483,06	746%
Sec. de Saúde	32.075.650,54	36.848.253,41	14.88%
Sec. de Assistência Social	6.938.300,00	8.359.000,00	2.048%
Sec. de Infraestrutura e Saneamento	34.867.775,82	37.890.041,99	867%
Sec. de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	4.513.000,00	4.452.606,07	-134%
Sec. de Cultura	3.674.000,00	4.725.000,00	2.861%
Sec. De Esporte e Juventude	3.150.000,00	3.547.500,79	126%
Icaprev	18.549.800,00	24.742.307,98	3.338%
Autorarquia Municipal de Trânsito	985.000,00	1.093.500,00	58%
Instituto de Fiscalização e Licenciamento Ambiental	1.205.000,00	1.453.238,00	206%
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	5.147.000,00	7.114.627,43	3.823%
TOTAL GERAL:		210.454.364,03	

VEM AÍ A CORRIDA DOS 32 ANOS

21 DE NOVEMBRO 2025
DO REQUENGUELA
A BARREIRAS

PREPARE-SE
SERÃO 5KM
DE MUITA
EMOÇÃO

INSCRIÇÃO
R\$ 20,00
KIT: CAMISA/MEDALHA

HORÁRIO
16:30H

Responder

INSCREVA-M-SE E PARTICIPEM!

VEM
AÍ!



PISO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS: CONQUISTA DO SINDSERPUMI

Recentemente, foi aprovada na Câmara Federal um Projeto de Lei que garante aos professores temporários o direito de receber o Piso Nacional dos Professores, ação que foi amplamente comemorada pelas entidades e personalidades da defesa dos docentes. Ora, essa condição, no âmbito do município de Icapuí, já é uma realidade vivenciada desde 2003, através da luta do SINDSERPUMI, à época, que conseguiu, depois de muitos esforços, aprovar legislação que permitiu isso. Na verdade, o sindicato conseguiu para os professores temporários muito mais que isso, conseguiu que todos os professores e professoras temporários recebessem seus salários de acordo com seu nível de formação, obedecendo às tabelas vencimentais dos professores efetivos. Ou seja, 22 anos depois, é aprovada uma conquista em nível nacional uma realidade vivida em Icapuí a muito tempo. Uma conquista sindical valiosa.

É verdade que em 2018, sem o conhecimento do sindicato, o governo enviou para a Câmara Municipal dois Projetos de Lei revertendo essa conquista, bem como destruindo a carreira dos professores efetivos por meio das Lei 751/2018 e Lei 752/2018. Todos dois foram aprovados pelo legislativo à época, prejudicando as duas categorias de forma insensata. No caso dos professores temporários, ainda assim, ficou preservado o direito de receber o Piso Nacional dos Professores como referência de salário, mas retirou a conquista de receber conforme sua formação acadêmica, que revela maior e mais verdadeira valorização dos temporários na rede de ensino. Essa conquista, na maioria dos municípios ainda não é realidade. Em Icapuí, o sindicato lutou e tornou isso um fato há duas décadas, apesar de não ser valorizado. Veja abaixo esse histórico.

REGISTROS DA HISTÓRIA DE LUTA E CONQUISTAS DO SINDSERPUMI

O ano era 2010. O governo municipal encaminhava ao Poder Legislativo um Projeto de Lei que reformava o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do magistério. À época, o então vereador Marcos Nunes, acompanhado do líder do governo Lacerda Filho, procurou o sindicato para apresentar a proposta de alteração da carreira docente — proposta essa que, em nossa avaliação, estava muito aquém das expectativas da categoria.

Diante disso, o SINDSERPUMI, com o apoio de uma assessoria técnica contratada, decidiu elaborar um conjunto de emendas para tornar a proposta mais justa e adequada aos anseios dos educadores. Após análise criteriosa, foram apresentadas 37 emendas ao texto original, garantindo melhorias significativas, entre elas:

- A estruturação da carreira em classes, com percentuais de espaçamento definidos entre elas, devidamente expressos no texto da lei;
- A manutenção do direito dos professores prestadores a terem seus vencimentos de acordo com o grau de formação exigido para o concurso, conforme já assegurava a Lei nº 381/03 — uma conquista histórica garantida com muita luta pela categoria.

Infelizmente, essa importante vitória foi revogada em 2018, quando a Lei nº 751/18 suprimiu o referido direito, representando um duro golpe para os profissionais da educação. Naquela lamentável sessão da Câmara Municipal, os docentes com carga horária de 40 horas tiveram uma redução média de R\$ 700,00 mensais em seus vencimentos.

Contudo, mesmo diante desse retrocesso, o SINDSERPUMI manteve-se firme e perseverante. Com muita luta, mobilização e resiliência, a categoria conseguiu reconquistar a carreira do magistério em 2022, reafirmando o compromisso histórico desta instituição com a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores da educação.

No entanto, até o momento, aquilo que era sinal de maior valorização e apoio aos temporários, os vencimentos conforme a formação, antes aplicado, ainda não se configurou como pauta de luta no âmbito local, por limitações legais e capacidade de mobilização da categoria, possivelmente.

